

Márcio Moreira Alves*

Artur Baptista**

AS ELEIÇÕES DE 1978 NO BRASIL ***

1. As eleições parlamentares brasileiras de 1978 foram disputadas em dois níveis: eleições majoritárias para o Senado Federal e eleições proporcionais para Deputado Federal e Estadual. Apenas dois partidos são legais no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional, ARENA, composta pelos que apoiam o regime, e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, no qual estão integradas as forças da oposição.

Para as eleições majoritárias, que frequentemente assumem um carácter plebiscitário, contra ou a favor do Governo, cada partido tem o direito de apresentar até três candidatos, em sublegendas. A soma dos votos destas sublegendas determina qual dos partidos é vencedor, privilegiando aquele dos seus candidatos que receber o maior número de votos. Desta forma, é possível, como se passou no Estado de Pernambuco, onde o MDB apresentou apenas um candidato senatorial e a ARENA apresentou dois, eleger-se um candidato que teve menos votos do que o partido adversário.

A eleição de deputados processa-se através do voto nominal em todo um Estado. O eleitor escolhe, da lista apresentada pelo partido da sua preferência, os nomes dos candidatos que deseja sufragar. Este sistema torna a disputa dentro de um mesmo partido extremamente individualista, mas, por outro lado, permite que

* Professor do Instituto Superior de Economia de Lisboa.

** Economista.

*** Trabalho realizado no âmbito do CEDEP, Centro de Estudos da Dependência Portuguesa do Instituto Superior de Economia de Lisboa. Uma versão preliminar foi apresentada, em Dezembro de 1978, no simpósio «Brasil no Limiar da Década dos 80», promovido pelo Instituto Latino-Americano da Universidade de Estocolmo.

candidatos sem uma nítida base de influência local, mas com um prestígio pessoal disseminado por várias regiões, possa ser eleito, o que não ocorreria caso o sistema eleitoral fosse distrital ou por circunscrições, como nos países anglo-saxónicos.

Cada um dos 22 Estados da federação brasileira elegeu, em 1978, um senador e um número variável de deputados proporcional à sua população e não ao seu eleitorado. A distinção é importante, uma vez que os analfabetos são, no Brasil, excluídos das eleições. Por outro lado, através de medidas eleitorais autoritariamente outorgadas em abril de 1977, o Governo, para garantir sua maioria no Senado, reservou-se o direito de nomear um senador em cada Estado escolhido dentre os notáveis do partido que o apoia. Estes senadores não eleitos passaram a ser conhecidos no jargão político brasileiro pela designação de «bionicos».

Tanto a ARENA como o MDB são federações políticas, mais do que partidos, neles convivendo opções ideológicas diversas que, na ARENA, vão da extrema direita fascizante até ao liberalismo moderado e, no MDB, do liberalismo à extrema esquerda. Ambos os partidos têm actividades pontuais, na ocasião dos episódios eleitorais. Entre as eleições a vida partidária é fundamentalmente limitada ao âmbito do parlamento nacional e das assembleias estaduais.

2. A oposição e a imprensa brasileira consideraram o resultado das eleições de 1978 como uma vitória antigovernamental pelo facto de o MDB ter tido, para o Senado, mais 4.291.202 votos que a ARENA e ter recolhido vitórias nos Estados mais populosos e economicamente poderosos da Região Centro-Sul, ou seja, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar desta diferença de votos, a ARENA conseguiu eleger 14 senadores contra 8 do MDB, conforme pode ser constatado pelo exame do Quadro 1. Isto foi possível em virtude do sistema de representação no Senado, acima referido, e porque o Estado de São Paulo deu ao partido oposicionista uma vantagem sobre o seu adversário de 4.564.142 votos, maior, portanto, do que a vantagem obtida no conjunto do país.

QUADRO 1 — Resultados finais das eleições de 1978 para o Senado

Estado	ARENA	MDB	Branco	Nulos
Acre	31 242	31 183	1 605	1 888
Alagoas	189 728	157 703	30 256	34 399
Amazonas	115 048	114 827	22 897	28 627
Bahia	1 145 425	629 967	266 028	1978 153
Ceará	758 817	591 034	129 066	45 495
Esp. Santo	270 071	246 913	46 496	49 260
Goiás	444 170	536 113	101 738	84 989
Maranhão	476 530	161 872	69 994	49 910
Minas Gerais	1 668 297	1 737 077	656 165	398 606
Mato Grosso S.	180 223	142 108	28 502	28 043
Mato Grosso	123 224	97 672	58 857	7 575
Pará	332 261	262 378	124 375	73 744
Paraíba	303 154	368 611	48 332	48 469
Pernambuco	693 497	654 592	76 993	101 923
Piauí	550 225	-	31 837	16 191
Paraná	1 083 573	1 149 533	208 183	197 761
Rio de Janeiro	1 296 574	2 184 900	523 635	489 019
R. Gde. Norte	284 436	207 876	32 655	39 965
R. Gde. do Sul	1 091 131	1 751 469	174 766	112 219
Sta. Catarina	606 429	626 185	93 871	101 652
Sergipe	162 134	88 735	17 388	17 410
São Paulo	1 225 730	5 789 872	1 154 395	925 455
Totais	13 239 418	17 530 620	3 783 550	3 048 053
Vitórias	14	8		

Fonte: PRODASEN — 8 de Junho de 1979.

Políticos e jornalistas consideraram também uma vitória oposicionista o aumento das suas bancadas na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas, bem como a eleição, sobretudo nos centros mais populosos, de um conjunto de deputados chamados «autênticos», cuja combatividade face ao regime ditatorial é considerada

exemplar. Apesar dessas realidades, o sistema eleitoral permitiu à ARENA conservar a maioria na Câmara dos Deputados e em grande parte das assembleias estaduais.

Finalmente, para que se entenda a análise que procuraremos desenvolver, é necessário ter em conta que dentre as medidas adoptadas em Abril de 1977 para evitar uma derrota governamental nas eleições estava a chamada «Lei Falcão»; que impedia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão para debaterem as suas ideias e exporem o programa dos seus partidos, bem como a interpretação que a estes programas cada um dava. Esta medida prejudicou enormemente as campanhas majoritárias oposicionistas e a divulgação das posições de candidatos recém entrados nas competições eleitorais, o que afectou fundamentalmente os jovens candidatos de maior agressividade face ao regime.

Nesta análise procuraremos demonstrar, com base nos resultados das eleições federais e estaduais, que a euforia demonstrada pelos dirigentes do MDB e pela imprensa liberal e de esquerda carece de bases sólidas, embora seja possível constatar uma sensível melhoria na definição ideológica da representação oposicionista nestes níveis. Procuraremos também adiantar algumas hipóteses especulativas do comportamento dos eleitorados urbano e rural e fazer um exame detalhado dos resultados do Rio Grande do Sul, através da integração dos dados municipais para deputado federal e estadual.

As conclusões a que chegaremos são baseadas apenas em dados estatísticos, sócio-económicos, e nos comentários gerais da imprensa, uma vez que não nos foi possível obter uma amostragem significativa da propaganda eleitoral dos candidatos oposicionistas que nos permitisse fazer uma análise do conteúdo ideológico médio das suas plataformas. Utilizaremos como fontes os jornais dos meses de novembro e dezembro, publicados em 16 dos 22 Estados da federação brasileira; os resultados finais, a nível nacional, fornecidos pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN — e os resultados oficiais, município por município,

fornechos pelos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Não nos foi possível obter resultados a este nível de minúcia nos Estados mais longínquos e menos populosos, onde a eficácia do sistema de informática é menor. A primeira e evidente constatação que se faz da análise dos resultados globais é a maciça repulsa ao Governo manifestada pelos eleitorados dos Estados mais populosos, mais urbanizados e economicamente mais poderosos. Correlatamente, a análise que se faz dos resultados nas Capitais e nas cidades de mais de 200 mil habitantes leva à mesma conclusão. Apenas nos pequenos e paupérrimos Estados do Piauí, onde a oposição não teve possibilidade de apresentar candidatos ao Senado, e de Alagoas conseguiu o Governo uma vitória na Capital. Em todas as demais Capitais os candidatos do MDB foram vitoriosos. Mesmo nos Estados onde a ARENA venceu, como os da Região Amazónica (Amazonas, Pará e Maranhão) ou do Nordeste (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, etc.), perdeu na Capital por grandes margens, por vezes esmagadoramente, como foi o caso do Recife, no qual sua desvantagem se aproximou dos 70%. Aliás, pelos índices de abstenção das cidades do interior de Pernambuco, índices às vezes menores de 1/3 que os do Recife, é razoável dizer que os cemitérios pernambucanos foram mobilizados em massa para votarem no candidato da máquina governamental da ARENA, Nilo Coelho, finalmente eleito, ou seja, tal como em Portugal dos tempos salazaristas, os caciques locais utilizavam o registo eleitoral dos mortos, também em Pernambuco e em muitas regiões do interior os defuntos aprovaram o regime.

Mas, voltando ao panorama geral, podemos afirmar que o Brasil urbano, onde maior é o acesso à informação e mais nítidas são as relações de produção do capitalismo industrial, votou contra a ditadura e o seu partido. Essa constatação é fortalecida pela análise dos resultados em centros secundários, como Feira de Santana e Vitória da Conquista, na Bahia, Juiz de Fora, Contagem e Coronel

Fabriciano, em Minas, Niterói, Petrópolis e Campos, no Rio de Janeiro, Campinas, Ribeirão Preto e Santos, em São Paulo, Londrina, no Paraná, e Blumenau e Joinville, em Santa Catarina, Pelotas, Rio Grande e Caxias, no Rio Grande do Sul, para citar apenas uns poucos exemplos.

A segunda constatação é que a ARENA foi rejeitada pelos Estados mais desenvolvidos onde menor é o índice de analfabetismo, mais densas as redes de transportes e de comunicação, maior o número de pessoas perfeitamente dependentes do mercado capitalista, que nele buscam todas as mercadorias necessárias à sua subsistência através do dinheiro obtido pela venda da sua força de trabalho. Onde a dependência do mercado capitalista é menor, nas regiões de posseiros, arrendatários, meeiros, etc., maior foi o sucesso da ARENA.

Um observador apressado poderia concluir que a ARENA é o maior partido pré-capitalista do Ocidente e o MDB um dos maiores partidos capitalistas. Pré-capitalista, no caso, é aqui usado por semelhança com o sistema eleitoral inglês do início do século XIX, com os seus «burgos podres». Em parte teria razão o observador, pois que o controle da classe dominante nos sistemas pré-capitalistas de estrutura de poder assemelhada à do feudalismo é mais directo e mais duro que o da burguesia nos sistemas capitalistas puros. Essa seria talvez a razão pela qual a burguesia, tendo feito a revolução democrática parlamentar, está sempre disposta a romper a legalidade democrática quando sente ameaçados os seus interesses. Os trabalhadores, ao contrário, sentem profundamente que a defesa dos seus interesses está ligada ao fortalecimento das liberdades democráticas. As chamadas «liberdades burguesas» são formais, sim, mas para a burguesia. Para o povo, são extremamente concretas.

Atribuir a vitória da ARENA nas regiões mais atrasadas à mera influência dos coronéis tradicionais, da repressão e da fraude seria, a nosso ver, uma simplificação exagerada, que nos induziria a erros de interpretação. Esses três factores influíram

nos resultados, por vezes decisivamente, como estamos persuadidos de ser o caso de Pernambuco. No entanto, há que levar em consideração dois outros factores: a hegemonia ideológica da classe dominante e, em grau menos relevante, os índices de disparidade económica.

O axioma segundo o qual a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante é mais gritante nas formações sociais pré-capitalistas que nas capitalistas. Essa é uma das razões fundamentais de ter o feudalismo passado muito mais tempo sem ser contestado que o capitalismo, mesmo onde e quando o progresso dos meios de produção já criava as bases materiais para a transformação das relações de produção. Nos meios camponeses do Brasil, como de todo o mundo ocidental, o intermediário da violência dominante é o coronel, latifundiário ou não. Em momentos eleitorais, a influência dos primeiros parece-me ser maior que a dos últimos. Vale a pena, no caso, uma citação: «Os intelectuais de tipo rural são em grande parte 'tradicionais', isto é, ligados à nossa sociedade campestre e pequena-burguesia da cidade (especialmente dos centros menores) não ainda elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista. Este tipo de intelectual põe em contacto a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e por esta mesma função têm um grande papel político-social, porque a mediação profissional é dificilmente separável da mediação política... Não se compreende nada sobre a vida colectiva dos camponeses e dos germes e fermentos de desenvolvimento que nela existem, se não se toma em consideração, se não se estuda em concreto e se não se aprofunda esta subordinação efectiva aos intelectuais: cada desenvolvimento orgânico das massas camponesas está ligado, até um certo ponto, aos movimentos dos intelectuais e deles depende»¹. É verdade que uma parte importante da superestrutura social dominante nos campos começa a abandonar a defesa do *statu quo*: a Igreja Católica. O abandono, no entanto, não é generalizado e,

¹ Antonio Gramsci, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, vol. II, p. 201 e 202.

dada a fraca implantação histórica das estruturas eclesiásticas (diferente da implantação espiritual ou miraculosa), a influência do novo catolicismo popular é suplantada pela dos demais agentes intelectuais tradicionais. A verdade é que os ideais democráticos não conseguiram conquistar os advogados, os médicos, os funcionários públicos do interior como conquistaram uma boa parte dos seus homólogos urbanos. Possivelmente isto se deve não só aos laços de dominação mais brutais do interior como também à própria posição que lá ocupam os intelectuais, posição muito mais próxima aos centros de decisão que a dos intelectuais da cidade. Esses agentes da ideologia dominante terão sido, provavelmente mais que o delegado de polícia, o jagunço e o sargento do destacamento, os artífices da vitória arenista nos sertões.

Levantamos esta hipótese do papel do intelectual rural meramente como uma sugestão para estudos futuros que permitam levar a análise das estruturas de poder na sociedade brasileira mais adiante do que foi conseguido pelos estudos tipicamente empiricistas, inspirados na ciência política norte-americana, realizados nas décadas de 60 e 70, que apontam todos para uma dualidade de comportamento no campo face às cidades. É evidente que este comportamento divergente deve ser analisado à luz não só dos conflitos de classe, portanto do processo de dominação, e da consciência que cada classe tem de si mesma, como, ainda, através do exame do comportamento de sectores determinantes destas classes.

Outro factor que se deve levar em conta é aparentemente paradoxal e não tem sido incorporado, ao que sabemos, às análises dos nossos politólogos e sociólogos: a maior gualdade social que existe nos Estados mais pobres em relação aos mais ricos é, em uma mesma região, a maior igualdade que existe no campo em relação às cidades.

Todos nós, economistas, sociólogos, politólogos e políticos liberais, socializantes ou simplesmente oposicionistas, temos gritado incansavelmente contra o modelo de capitalismo multinacional implantado a ferro e fogo nos últimos 15 anos pela aliança tecnocrático-militar. A razão ética que levantamos é, precisamente, a escandalosa

concentração da riqueza nacional que o «Modelo» exacerbou. Ora, se o coração do «modelo», «milagre» ou outro nome qualquer que se dê ao sistema é a indústria e se situa em São Paulo, nada há de estranho no facto de São Paulo ser socialmente mais injusto que o Piauí e o Maranhão e de serem as disparidades na distribuição dos frutos do trabalho e da transformação das riquezas naturais maiores neste Estado que nos demais. Em consequência, haveria uma lógica económica subjacente ao voto oposicionista de São Paulo muito mais óbvia que a que poderia existir no interior do Maranhão ou do Piauí, apesar da enorme diferença entre os níveis de vida das populações respectivas, diferença favorável aos paulistas.

O sonho do camponês nortista pode muito bem ser tornar-se *bóia-fria*² em São Paulo, mas o abismo económico que separa um *bóia-fria* de um agro-industrial paulista do sector açucareiro, do género Atalla ou Ormetto, é incomparavelmente maior que o existente entre o camponês do Norte e o dono do coqueiral de babaçu que o explora. Daí ser teoricamente mais fácil a este último impor aos explorados a sua ideologia e a sua opção partidária, ainda que para essa imposição não utilizasse a ameaça, a violência e o suborno.

A variável «injustiça relativa» é um tanto traiçoeira de se manipular porque a sua introdução na análise poderia levar a resultados discrepantes. Por outro lado, não pode ser dissociada de outras, como a do nível de acesso aos meios de comunicação de massa e o nível educacional. Isso, no entanto, não nos inibe de propô-la como hipótese de trabalho, uma vez que, se desagregarmos os índices de desigualdade económica nas regiões, considerando as desigualdades na distribuição da renda entre o campo e a cidade, poderemos obter um quadro mais claro³.

² Bóia-fria significa o trabalhador assalariado que leva a sua comida (bóia) para o trabalho numa marmitta que, ao ser utilizada, já está fria.

³ Utilizamos como referência estatística, Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Económico no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1973, p. 159-176.

A região brasileira onde os índices de discrepâncias sociais são menores é também uma das mais pobres, a região II, Maranhão e Piauí. Aquela onde mais concentrada é a renda é a III, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha. Em ambas ganhou a ARENA, embora a sua vitória relativa fosse muito maior na primeira. São Paulo e o Rio de Janeiro ocupam uma posição intermédia na escala das desigualdades, ficando o Paraná (região VIII) e o Rio Grande do Sul (região IX) mais próximas do Maranhão e Piauí. Até aí, não avançamos muito. O avanço poderá dar-se ao separarmos a cidade do campo. No Brasil inteiro a renda é melhor distribuída no campo que na cidade, dada a conhecida diferença de velocidade da acumulação capitalista na indústria em relação à agricultura. Assim, na região III (Ceará, etc.) a participação dos 50% mais pobres da população no total da renda é de 26,8% no campo e apenas 13% na cidade, embora a renda média urbana seja de 131% maior que a rural. Em São Paulo esses números são, respectivamente, 22,5% e 16,7%. Tendo em vista ter sido o comportamento eleitoral do interior semelhante nas regiões II e III, onde a distribuição da riqueza é em bloco mais diferente e terem sido diferentes os comportamentos eleitorais urbanos, com vitórias da ARENA em São Luiz e Teresinha e derrotas nas Capitais dos outros Estados, isso poderia indicar, se fizéssemos uma análise estatística mais elaborada, que as disparidades de rendimento baseadas exclusivamente na propriedade da terra — ou seja, a que existe no interior de ambas as regiões — proporcionam uma submissão maior ao poder que disparidades baseadas na produtividade, na qualificação da mão-de-obra, em uma composição orgânica do capital mais elevada, etc. Essa hipótese poderia ser reforçada pela comparação com o comportamento eleitoral do interior de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, onde o factor propriedade da terra é relativamente menos importante na desigualdade dos rendimentos rurais que o factor composição do capital.

Caso essa indicação estiver correcta — e é necessário verificá-la — a ditadura teve toda razão em congelar uma medida que foi tomada por todos os países capitalistas desenvolvidos: a reforma da propriedade agrária. E o General Figueiredo terá tido igualmente razão ao nomear o Sr. Delfim Neto Ministro da Agricultura. Afinal, foi Delfim Neto o grande impulsionador da concentração da propriedade industrial, concentração de resultados eleitorais desastrosos para o regime que defende. A concentração da propriedade agrícola, com dividendos eleitorais opostos, poderá redimi-lo deste erro involuntário. Haverá até certa ironia na transformação do grande multinacionalizador da indústria, paladino da última fase de desenvolvimento capitalista, em grande concentrador da propriedade agrária, ou seja, no restaurador das relações de poder pré-capitalistas no campo, ainda que no marco das relações de produção capitalistas.

Fica a sugestão, provisória e imperfeita, enquanto passamos a outros aspectos da realidade eleitoral.

3. Outra constatação que podemos fazer a partir dos resultados parlamentares é sobre o comportamento extremamente conservador do eleitorado em geral e do oposicionista em particular. Essa observação parece ser irredutivelmente contraditória com o facto de terem as eleições 15 de novembro gerado, tanto a nível estadual como federal, a melhor representação popular que o Brasil já teve ao longo de mais de 150 anos de história parlamentar.

Antes de entrar no exame do «conservadorismo oposicionista» seria necessário alertar para a precaridade conceptual dos adjectivos «moderado» e «autêntico» utilizados pelos meios de comunicação de massa para qualificar o comportamento parlamentar dos membros do MDB e que, dada a falta de liberdade para definições ideológicas mais nítidas a que muitos emedebistas estão submetidos, somos obrigados a adoptar também.

Tanto no Rio Grande do Sul, caso que examinaremos em detalhe, como no resto do país os conceitos de «moderado» e de «autêntico» são extremamente fluidos. A imprensa dos grandes centros industriais tende a estabelecer uma tipologia segundo a qual os «moderados» se dividem em: a) os liberais, para quem a luta oposicionista terminaria com a reconquista dos direitos democráticos e que, para conseguir gradualmente este objectivo, estariam abertos ao diálogo com o Governo; e b) os carreiristas sem escrúpulos, prontos a fazerem o jogo do regime, que se mantêm no MDB por ter a sua legenda grande penetração popular, especialmente no Rio de Janeiro, e que são qualificados de «adesistas». Os «autênticos», que, em princípio, seriam os que se preocupariam em dar um conteúdo social à democracia que buscam, dividir-se-iam, igualmente, em dois grupos: a) os sociais-democratas, antigos petebistas, ou seja, membros do Partido Trabalhista Brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1945, cuja proposta ideológica seria pluriclassista e fluida; b) os socialistas, representantes de uma nova esquerda.

4. A grande imprensa, a oposição, a esquerda e mesmo os observadores estrangeiros tenderam a ressaltar o facto de ter sido eleito a 15 de novembro um número consideravelmente maior de «autênticos» que nas eleições anteriores. A observação é correcta e dela devemos retirar esperanças. A Câmara Federal eleita em 1974 não contava, na oposição, com quaisquer líderes sindicais. Desta vez, São Paulo elegeu dois militantes operários que nada têm de pelegos: Benedito Marcílio, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, e Aurélio Peres, representante da oposição sindical nos sindicatos metalúrgicos de São Paulo, preso e torturado pelo DOI-CODI em 1974, e participante do Movimento do Custo de Vida. Elegeu ainda o ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Audálio Dantas. No Rio de Janeiro, ainda dominado pelo grupo Chagas Freitas, de claras tendências adesistas, todos os candidatos a deputado federal ou estadual mais combativos tiveram sucesso.

A representação da Bahia, que anteriormente contava apenas com Chico Pinto e era controlada pelo grupo adesista de Ney Ferreira, tornou-se maioritariamente autêntica e promete, pelo menos, mais uma estrela, o ex-Deputado Estadual Elquisson Soares. Em Pernambuco, a proporção de autênticos em relação aos moderados passou de 3 a 3 para 6 a 2, apesar da derrota de Jarbas Vasconcelos para o Senado. Mesmo na conservadora Minas Gerais, parece ter havido uma considerável melhoria do nível de combatividade da representação, com a reeleição de Genival Tourinho, de José Edgar Amorim, representante da esquerda católica, Fued Dib, ex-Prefeito de Ituiutaba, e o empresário de Uberlândia, Ronan Tito.

Há que ressaltar também, como indício alvissareiro, a eleição de várias mulheres, algumas das quais militantes contra a dupla discriminação que sofrem na sociedade brasileira, como trabalhadoras e como mulheres. É o caso de Irma Passoni, deputada estadual de São Paulo, escolhida como candidata por 62 bairros da periferia da Capital, da jornalista Heloneida Studart, deputada estadual no Rio de Janeiro, da deputada federal por Pernambuco Cristina Tavares, de Lúcia Viveiros, deputada pelo Pará, e de Maria Luísa Fontenelli, socióloga formada nos Estados Unidos e eleita deputada estadual no Ceará. A bancada estadual do MDB no Maranhão, composta de 5 membros, tem duas deputadas. No Amazonas, a candidata a senador pelo MDB, Maria Júlia, teve uma votação expressiva em Manaus. Tudo faz crer que a velha regra eleitoral brasileira, segundo a qual mulher não vota em mulher e operário não vota em operário, começa a ser infringida.

Apesar desses indícios positivos para uma luta parlamentar de apoio às verdadeiras reivindicações dos oprimidos, não são eles a nosso ver, os factores determinantes das eleições de 1978. Mesmo onde mais espectaculares foram as vitórias da oposição — em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife — o eleitorado optou preferencialmente por candidatos cujo discurso ideológico é moderado, quando não francamente diversionista. Esta afirmação pode ser confirmada

pela análise dos candidatos mais votados nas maiores cidades do país. Miro Teixeira, comparsa e criatura de Chagas Freitas, teve 536 mil votos no Estado do Rio, sendo 350 mil na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, o mesmo povo libertário que, em 1962, dera 287 mil votos a Leonel Brizola, então considerado a principal ameaça aos interesses norte-americanos e aos da classe dominante, consagrou desta vez o seu oposto, ou seja, cavalo de Tróia dentro da oposição. Na cidade de São Paulo, o deputado mais votado não foi Alberto Goldmann, Freitas Nobre ou qualquer dos seus companheiros de posição mais combativa. Foi, em primeiro lugar, o ex-Vereador Samir Achoa, assistencialista e de posição ideológica indefinida — leia-se «pró-establishment» — com 154 mil votos e, em segundo lugar, com 82 mil votos, o ex-deputado estadual Jorge Paulo, vulgo Chapéu de Couro, figura folclórica de sanfoneiro nas feiras nordestinas da periferia. Em Belo Horizonte, o opositorista mais votado foi a jovem jornalista Julia Marize Coutinho, ex-Vereadora que arvora no seu currículo o facto de ter sido agraciada com o título de cidadã honorária da cidade de Houston, no Texas. Mesmo em Porto Alegre, capital do petebismo e do brizolismo, a maior votação não coube aos mais fiéis adeptos do ex-Governador, como Getúlio Dias, ou a um dos deputados que na legislação anterior se haviam revelado mais autenticamente combativos, como João Gilberto, Rosa Flores ou Odacir Klein, e, sim, ao «moderado» Alceu Collares, que obteve 64 mil votos. Finalmente, em Recife, onde Jarbas Vasconcellos teve 70% dos votos, cidade apelidada não só de «Veneza Americana» como de «Moscou Brasileira», os dois deputados «moderados» da bancada pernambucana, Thales Ramalho e Sérgio Muirilo, obtiveram votações expressivas, sendo que Thales Ramalho foi o segundo deputado mais votado.

Mesmo em um Estado massivamente opositorista, altamente urbanizado e industrializado como São Paulo é possível constatar-se tanto a tendência conservadora do voto opositorista como a correlação positiva existente entre a população de um município e o grau de rejeição do governo (ver quadro 2).

QUADRO 2 — Eleições para o Senado em São Paulo: 10 Municípios mais Populosos⁴

Nome dos Municípios	% sobre Pop. S.P.	% sobre Pop. Reg.	Montoro (%)	FHC (%)	CL (%)	Branco e nulos (%)
São Paulo	34,9	71,7	50,7	17,7	9,5	22,1
Santo André	2,5	5,1	58	13	7	22
Campinas	2,3	50	47	14	12	27
Santos	1,9	49,2	48	23	9	20
Osasco	1,8	3,8	57	12	12	19
Guarulhos	1,5	3,1	56	10	7	27
São Bernardo	1,3	2,7	53	14	9	24
Ribeirão Preto	1,3	60,7	44	15	14	27
Sorocaba	1,01	46	47	13	16	24
Jundiaí	0,99	70,8	50	17	10	23

Como se vê, a candidatura de F.H. Cardoso foi vitoriosa em 8 dos 10 municípios sobre a do candidato oficialista, empatou em um deles e perdeu no município mais afastado da Capital, Sorocaba. As vitórias de Franco Montoro são muito nítidas, ultrapassando os 45% dos votos expressos em 9 dos 10 municípios e 50% na Capital e na sua cintura industrial. Como nota marginal, poder-se-ia explicar a pequena queda percentual sofrida pela sua candidatura em São Bernardo, sede de grande parte da indústria automobilística do Brasil e município de maior densidade populacional do Estado, comparativamente aos resultados das outras cidades da cintura industrial através do apoio público dado a Fernando Henrique Cardoso pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Luiz Ignacio da Silva, o «Lula», actualmente o mais prestigiado líder, sindical do país.

⁴ Montoro corresponde a Franco Montoro, fundador da Democracia Cristã no Brasil candidato vitorioso do MDB; FHC corresponde a Fernando Henrique Cardoso, professor universitário neo-marxista, candidato da esquerda do MDB; CL é Cláudio Lembo, presidente da ARENA e candidato oficial. A divisão em micro-regiões é a do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os municípios de Santo André, Osasco, Guarulhos e São Bernardo integram a cintura industrial de São Paulo.

Já os resultados das 10 capitais menos populosas de micro-regiões paulistas fornecem uma leitura diferente (ver quadro 3).

QUADRO 3 — Eleições *para o Senado em São Paulo: 10 Capitais Micro-Regionais Menores*

Nome do Município	% sobre Pop. S.P.	% sobre Pop.Reg.	Montoro (%)	FHC (%)	CL (%)	Branços e Nulos (%)
Ubatuba	0,09	31,6	41	12	15	32
Coronel Salgado	0,09	31,8	40	5	23	32
Apiai	0,1	57,7	47	3	32	18
Cunha	0,1	22,8	34	10	33	23
José Bonitácio	0,1	22,3	43	12	15	30
Registro	0,13	20,2	46	13	20	27
Olimpia	0,15	45,1	40	10	27	23
Ituverava	0,15	17,8	48	11	18	23
Batatais	0,15	39,1	44	14	19	23
Capitão Bonito	0,16	22,2	45	8	27	20

Em todas essas capitais micro-regionais o candidato oficial Cláudio Lembo derrotou Fernando Henrique Cardoso; em nenhuma delas Franco Montoro ultrapassou a barreira dos 50% dos votos expressos; em um município, Cunha, capital regional do Alto Paraíba, zona rural pobre e muito dependente dos auxílios que recebe do governo do Estado, Cláudio Lembo chegou a 1% de Franco Montoro.

O jogo exemplificador das estatísticas pode ser multiplicado ao infinito sem grandes variações nos seus resultados. Resistimos à tentação de alongá-lo mas não a de assinalar um resultado absolutamente atípico no Brasil:

QUADRO 4 — *Resultados gerais das eleições de 1978 no Estado do Rio de Janeiro*

	Senado		Câmara Federal		Assem. Estad.	
	N.º de votos	(%)	N.º de votos	(%)	N.º de votos	(%)
MDB	—	48,6	2.602.266	57,9	2.650.064	59,1
ARENA	—	28,8	884.252	19,7	926.317	20,6
Branco	—	11,7	554.069	12,3	486.950	10,9
Nulos	—	10,9	453.541	10,1	421.662	9,4

Nota: Eleitorado — 5.141.852; Votantes — 4.494.128; Abstenção — 647.724 (12,6%)

O inusitado destes resultados está no facto de crescer o percentual de votos do MDB na medida em que a escolha do eleitor se torna mais local, quando em todo o resto do país a eleição majoritária para o Senado, de características mais plebiscitárias face ao regime autoritário vigente, revelou percentagens maiores para a oposição que as escolhas de deputados federais e estaduais, sobre as quais incidem factores de preferência pessoal, de interesses materiais locais, de trocas de favores, etc. A explicação é simples: o Estado do Rio de Janeiro é o único onde os militares consentiram que o governador saísse das fileiras do MDB, o que tem enorme importância sobre as administrações regionais e municipais. Esse governador é o chefe de uma imensa máquina de manipulação eleitoral, máquina semelhante à que a Mafia, aliada a interesses bairristas, montara em Nova York através de Tammany Hall, e a sua posição política é a de um cavalo de Tróia adesista no seio da oposição. Ainda que os seus subordinados e representantes não pudessem inflectir os resultados de uma eleição nitidamente política como a de senador, puderam manobrar com os pequenos favores, promessas e corrupções que influem com maior peso sobre as eleições de deputados estaduais.

5. As conclusões que tiramos destas constatações a nível geral:

1) A «Lei Falcão», impedindo o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão, favoreceu aqueles cuja presença nos grandes meios de comunicação de massa era antiga e, portanto, tolerada pelas autoridades encarregadas da censura;

2) Este mesmo factor restritivo favoreceu os candidatos à reeleição, de vez que se tornou extremamente difícil a candidatos novos fazerem-se conhecidos das populações das capitais, onde é quase impossível o contacto directo com o eleitorado. Essa observação, aliás, pode ser avaliada pelos resultados paulistas: dos 17 deputados estaduais eleitos primordialmente pela capital, apenas 2, Eduardo Matarazzo Suplicy e Flavio Bierrenbach, ambos apoiados pelos meios universitários e pelos sectores mais bem informados, podem ser considerados autênticos.

3) Isso significa que a chance dos «autênticos» aumenta na proporção em que o tamanho das cidades diminui ao ponto de permitir que o próprio povo se transforme em meio de comunicação de massa, conhecendo pessoalmente os candidatos e fazendo por eles a divulgação das ideias que estão impedidos de defender através do rádio e da TV.

4) A pregação dos que contestam não apenas o Governo como também o regime de favorecimento à concentração da riqueza não conseguiu penetrar as massas que mais beneficiariam com a vitória destas posições — os operários e os desempregados dos subúrbios. Em consequência, pode-se dizer que o regime atingiu perfeitamente os objectivos que se propôs ao criar a «Lei Falcão». A maior vitória nas eleições de 1978 foi a do diversionismo ideológico.

6. Tratemos agora de examinar mais detalhadamente os resultados do Rio Grande do Sul, com base nas eleições senatoriais. Para estudá-los, adoptamos a divisão do Estado em 24 micro-regiões homogéneas propostas pelo IBGE⁵. Delas

⁵ IBGE, *Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogéneas*, Rio de Janeiro, 1968, p. 487-517.

separamos a região de Porto Alegre, por ser atípica, uma vez que conta com 24,8% da população do Estado e 71,4% da população industrial activa.

QUADRO 5

Regiões	pop. ind./ pop. total (%)	N.º Munic.	Vitórias MDB	Vitórias ARENA	Pop. Mun. pop. Total ARENA (%)
Colonial da Encosta da Serra	4,4	13	9	4	23
Litoral Setentrional	1,24	4	4	0	0
Vinicultora de Caxias do Sul	9,6	9	9	0	0
Alto Taquari	1,0	13	11	2	9
Baixo Taquari	2,4	9	8	1	6
Fumicultora de Santa Cruz	2,6	10	9	1	3
Vale do Jacuí	2,2	8	8	0	0
Santa Maria	1,3	7	4	3	18
Lagoa dos Patos	5,0	7	7	0	0
Lit. Oriental Lagoa dos Patos	2,8	3	3	0	0
Lagoa Mirim	0,24	4	3	1	10
Alto Camaquã	0,65	7	4	3	45
Campanha	3,64	12	10	2	6
Triticulora de Cruz Alta	1,3	7	2	5	67
Colonial das Missões	1,7	7	4	3	16
Colonial de Santa Rosa	1,8	21	10	11	52
Colonial de Irai	0	21	13	8	41
Colonial de Erechim	3,0	26	19	7	27
Colonial de Ijuí	1,6	7	3	4	29
Passo Fundo	1,9	6	4	2	8
Colonial do Alto Jacuí	0,3	5	3	2	30
Soledade	0,4	3	2	1	16
Campos de Vacaria	2,0	7	5	2	10

Consideramos serem as disparidades entre as demais micro-regiões insuficientes para exigirem um tratamento em separado. A menos populosa, a região colonial do Jacuí, tem 0,5% da população gaúcha e pode ser razoavelmente comparada com a mais extensa e mais populosa, Campanha, que tem 8,1% do total. A partir desta primeira opção, dividimos as cidades em 14 capitais regionais nitidamente

dominantes sobre os demais centros urbanos e 9 outras, cuja hegemonia nas suas micro-regiões sofrem a concorrência de centros urbanos de importância quase equivalente. A estas chamamos «capitais concorrenciais» para distingui-las das capitais propriamente ditas. Oito destas cidades tem menos de 20% da população das suas micro-regiões e apenas uma, Osório, no Litoral Setentrional, tem 35,5%.

A partir desta primeira opção, constatamos que a ARENA venceu em apenas três capitais micro-regionais, todas concorrenciais e todas de importância secundária no conjunto do Estado: Encruzilhada, no Alto Camaquã, Três Passos, na Região Colonial de Santa Rosa, e Nonoai, na Região Colonial do Iraí. No entanto, as vitórias do MDB tenderam a ser tanto mais apertadas quanto menor era a composição industrial da força de trabalho em relação às populações dos municípios⁶.

A análise do Quadro 5 demonstra que a ARENA obteve a maioria em números de municípios em apenas três micro-regiões, sendo que em somente duas, a Triticulora de Cruz Alta e a Colonial de Santa Rosa as populações dos municípios governistas constituem uma maioria relativamente às populações totais das micro-regiões. Em duas outras, o Alto Camaquã e a Colonial de Iraí, as populações dos municípios arenistas ultrapassa 40% do total.

QUADRO 6

Regiões onde venceu a ARENA	Densidade Populacional	% da área do Estado	% da população do Estado
Triticulora de Cruz Alta	11 hab/km ²	7,6	3
Colonial de Santa Rosa	47,7 hab/km ²	3,1	5,3
Colonial de Ijuí	30,2 hab/km ²	1,4	1,5

⁶ Utilizamos como fonte para os resultados gaúchos a edição especial do jornal portalegrense «Zero Hora», de 20.11.1978.

Os números do Quadro 6 demonstram que apenas a micro-região Colonial de Santa Rosa tem alguma significação no conjunto do Rio Grande do Sul, quer pela sua densidade populacional, quer pelo seu peso no total da população do Estado. No entanto, a sua população industrial representa somente 1,8% do total. Isso significa que a micro-região Colonial de Santa Rosa tem um peso populacional 2,94 vezes maior que o da sua participação na força de trabalho industrial. A mesma correlação para a Triticulora de Cruz Alta é de 2,3 e apenas a Colonial do Jui tem uma participação no total da população menor que a sua participação na força de trabalho industrial — a correlação para Jui é de 0,93. No entanto, a vitória da ARENA nesta micro-região é apenas aparente, pois os 4 municípios onde obteve vitórias representam somente 29% da população da região. O partido oposicionista obteve 53% dos votos expressos na cidade de Jui, cujo município congrega 52% da população da micro-região.

As micro-regiões onde o peso populacional é menor que a participação na força de trabalho industrial são a Colonial da Encosta da Serra Geral, a Viniculora de Caxias do Sul e o Litoral Oriental da Lagoa dos Patos. Em todas elas a vitória do MDB foi nítida, sendo que nas duas cidades mais importantes — Rio Grande e Caxias — as percentagens obtidas, respectivamente 59% e 60%, aproximam-se das registadas na micro-região de Porto-Alegre. O mesmo ocorreu no Baixo Taquari, onde a correlação se aproxima da unidade.

Nas micro-regiões onde maior é a disparidade na correlação peso populacional-força de trabalho industrial — acima de 2 — ou seja, Lagoa Mirim (4,58), Soledade (3,5), Alto Camaquã (3,38), Santa Maria (2,76) e Campanha (2,2) a ARENA conseguiu resultados melhores, mesmo nas capitais. Assim, em Santa Vitória do Palmar, o MDB obteve 53%, em Soledade 48%, em Encruzilhada do Sul a ARENA obteve 47%, em Santa Maria o MDB obteve 54% e em Bagé 58%. É de notar que as

discrepâncias registadas nas principais cidades da Campanha onde, à excepção de Alegrete (MDB 48%), as médias obtidas pela oposição foram acima dos 55% podem ser atribuídas a dois factores supra-estruturais: muitos dos municípios foram declarados «de segurança nacional»⁷, o que privou o povo do direito de eleger os seus prefeitos: e existe na região uma presença tradicional do getulismo⁸ especialmente em São Borja (MDR 57%) e em São Gabriel (MDB 53%). Nesta última cidade o candidato a deputado federal do MDB era Arlindo Vargas e obteve mais da metade dos votos dados ao seu partido. Havia outro Vargas candidato a deputado-estadual. Embora não tenhamos informações a respeito destes políticos é de presumir-se que, mesmo que não sejam parentes do ex-Presidente, tenham explorado o sobrenome.

7. Ao passarmos ao estudo da micro-região de Porto Alegre, composta por 16 municípios com uma população total de 1.854.584 habitantes, 56% dos quais localizados na Capital, e com apenas dois municípios — Viamão e Guaíba — com populações rurais tão grandes ou maiores que as urbanas, constata-se um salto considerável nas percentagens obtidas pelo MDB.

A ARENA não ultrapassou os 36% dos votos expressos em nenhum município da Grande Porto Alegre, sendo que em 5 deles teve menos de 20%, ou seja, resultados equivalentes aos das grandes concentrações operárias de São Paulo. Essa baixa votação no coração económico, político e cultural de um Estado tradicionalmente bipolarizado, governado por um político da ala dita liberal da ARENA, berço dos três últimos generais a ocuparem a Presidência da República, não deixa de ser algo surpreendente e, em consequência, é um indicio do veemente repúdio da população ao regime vigente.

⁷ Um aspecto da análise eleitoral que estamos elaborando será a comparação dos resultados da oposição nos municípios de «segurança nacional» com os obtidos em cidades de características semelhantes onde a escolha da administração municipal é feita pelo voto directo. Nestes municípios os prefeitos são nomeados directamente pelos governadores, depois de terem os seus nomes aprovados pelo Serviço Nacional de Informações, SNI. Os resultados preliminares indicam um forte aumento do voto oposicionista.

A votação que o Sr. Pedro Simon alcançou nos três principais municípios da micro-região foi: 67% em Porto Alegre; 71% em Canoas; 61% em Nova Hamburgo. Em Canoas está localizada a refinaria Alberto Pasqualini e o município é considerado de «segurança nacional». Caso adoptássemos a variável densidade populacional para avaliar os índices de rejeição do regime na região, seriam eles ainda mais fortes. Além de Porto Alegre, com 2.100,5 hab/km², teríamos 67% para o MDB em São Leopoldo, com 1.341,30 hab/km², e, em Esteio, com 1.081 hab/km², 72% para o MDB.

8. A conclusão a que chegamos através do exame dos resultados das eleições majoritárias no Rio Grande do Sul é que o Estado alcançou um alto grau de coesão política na sua repulsa ao regime vigente. Essa coesão é tão grande que não permite estabelecer maiores clivagens entre regiões de níveis de desenvolvimento económico e cultural diferentes ou entre os índices de ocupação da mão-de-obra mais diversos. As observações anteriormente feitas sobre as zonas de influência da ARENA abarcam detalhes de importância relativa no conjunto do Estado. Ao longo da História da República, como observava o melhor estudioso da política local, Joseph Love, sempre que o Rio Grande se uniu a influência gaúcha sobre os destinos do país aumentou consideravelmente⁸. Por outro lado, os resultados contradizem, aparentemente o velho slogan de Julio de Castilhos: «Nem apoio incondicional, nem oposição sistemática».

9. A realidade será a mesma da aparência? Haverá, no Rio Grande, uma tendência mais firme à oposição ao regime que no resto do país, exceptuando-se São Paulo? E, se esta tendência existe, será que o posicionamento do eleitorado gaúcho vai em um sentido mais favorável à transformação das estruturas sociais que o dos grandes centros industriais do triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte?

⁸ O «getulismo» é a influência de Getúlio Vargas, Presidente de 1930-45 e de 1950-1954.

⁹ Joseph Love, *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930*, Stanford, Stanford University Press, 1971.

O exame dos resultados eleitorais a um nível mais detalhado — o dos deputados federais e estaduais — pode abrir algumas pistas que nos permitam projecções sobre o futuro.

10. Em primeiro lugar, a este nível mais minucioso da análise, há que considerar a participação da cidade de Porto Alegre, o maior centro populacional e industrial do Estado, na composição das bancadas federal e estadual.

Tendo em vista que o MDB elegeu 18 deputados federais e 35 estaduais, caberia a Porto Alegre, proporcionalmente aos 10,76% da população que representa, 2 deputados federais e 4 estaduais. No entanto, considerando que o deputado federal eleito com menor número de votos teve 33.843 e o estadual na mesma situação teve 17.217, a metade mais um destes totais indicaria os representantes eleitos majoritariamente pela Capital. Segundo este critério, Porto Alegre teria eleito 4 deputados federais e o mesmo número de estaduais. Haveria, em consequência, uma sobre-representação da Capital na bancada federal. Em princípio, esta sobre-representação deveria indicar um fortalecimento do grupo «autêntico», dado ser costume equacionar o posicionamento desta fracção da oposição com uma linha de pensamento social tendente a apoiar as lutas do operariado e das camadas urbanas mais desprivilegiadas.

A realidade, no entanto, é diversa. O deputado federal mais votado em Porto Alegre, com 64.548 votos, ou seja, 44,2% a mais que o segundo colocado, foi o Sr. Alceu Collares, aliás também o mais votado em todo o Estado. Ora, segundo os cronistas políticos da grande imprensa e o julgamento da chamada «imprensa alternativa», de esquerda, a posição deste deputado é considerada «moderada», embora diferente do adesismo de Miro Teixeira, do Rio, ou de Henrique Alves, do Rio Grande do Norte. O deputado estadual mais votado em Porto Alegre, com 42.635 votos, 37,3% mais que o segundo colocado, foi o Sr. José Fogaça, ex-líder estudantil que adquiriu notoriedade não pela sua militância nas lutas da juventude rebelde da sua terra mas através de programas desportivos de televisão.

A votação dos «autênticos» coincide com as massas operárias apenas nos centros menores, nisto obedecendo ao mesmo padrão de comportamento do eleitorado paulista: Getúlio Dias teve 28.540 votos em Pelotas; João Gilberto teve 29.175 votos em Santa Maria; Rosa Flores teve 10.457 votos em Nova Hamburgo e foi o deputado mais votado em muitos municípios da Grande Porto Alegre; Julio Costanilan, que substituiu o deputado cassado Nadir Rosseti, teve 36.385 votos em Caxias do Sul. Os «autênticos»¹⁰ eleitos por Porto Alegre foram Aluisio Paraguassu e Eloar Guazalli, com 35.904 e 18.547 votos respectivamente. Os deputados federais considerados «autênticos» e reeleitos pelas regiões do interior, como Odacir Klein (região Colonial de Irai, Colonial de Erechim, Passo Funto, Alto Jacui) e Eloy Lenzi (Campos de Vacaria, Campanha) não poderão ir muito longe na luta por um conteúdo social para a democracia a reconquistar se desejarem ficar colados às posições ideológicas médias das suas bases eleitorais e não correrem o risco de liderá-las no sentido de posições mais progressistas.

11. Segundo o Jornal «Zero Hora», edição de 20.11.78, a ideia de recomposição do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, que vem sendo defendida no plano internacional junto à II Internacional pelo Sr. Leonel Brizola, desde a sua expulsão do Uruguai em 1977 e, internamente, pelas antigas correntes «getulistas» e «janguistas» (de João Goulart, presidente deposto em 1964) é considerada pelos riograndenses como sendo progressista. A ser verdadeira esta observação, o conteúdo social-democrata que este embrião de partido assume através dos seus compromissos com os Partidos Socialistas europeus, seria encarado no Rio Grande do Sul como «de esquerda», enquanto que as lideranças sindicais e populares mais actuautes de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte julgam-no reformista, alheio aos interesses dos

¹⁰ Note-se que o Sr. Aluisio Paraguassu, embora vote na Câmara dos Deputados com o grupo oposicionista mais combativo, é uma figura um tanto folclórica, quer pela indumentária como pelo comportamento indiscriminadamente efusivo, que não tem influência sobre o processo de tomada de decisão do grupo que apoia.

trabalhadores e, por vezes, francamente «pro-imperialistas». É evidente que essa disparidade de pontos de vista e o facto do PTB não ter conseguido aliciar quaisquer das lideranças sindicais significativas do país terá consequências nefastas para a unidade e para a força dos movimentos populares e anti-ditatoriais do futuro. No entanto, como dizia o teatrólogo e comentarista político Silveira Sampaio: «Na Amazónia o feudalismo é um progresso, porque o que lá existe é trabalho escravo». É possível que a um nível de consciência de classe tão reduzido e de uma politização tão elementar como a da maioria das massas brasileiras a social-democracia de tipo alemão seja igualmente um avanço para os trabalhadores.

Posteriormente às eleições, durante congressos operários realizados em cidades do interior de São Paulo, o líder dos metalúrgicos Luis Ignacio Silva propôs, com o apoio de importantes forças sindicais tanto do seu Estado como do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a criação de um Partido dos Trabalhadores, PT. Embora essa seja a primeira proposta de um partido político a surgir da massa operária na História do Brasil — todos os demais partidos surgiram dos intelectuais e da burguesia — é ainda muito informe e localizada para que se possa julgar das suas possibilidades de desenvolvimento ou mensurar a sua influência através de resultados eleitorais.

12. A conclusão final: 15 anos de regime ditatorial e de massacre ideológico através do controle absoluto dos grandes meios de comunicação que são a TV e o rádio talvez não tenham impedido que as massas, premidas pela necessidade e pela perda do poder aquisitivo dos seus salários, se tenham deslocado para uma posição mais à esquerda da que tinham durante o período democrático de 1945 a 1964. No entanto, o passar do tempo e esse possível deslocamento não impediram as lideranças políticas e parlamentares de manterem as suas posições altamente conservadoras em relação não só ao modo de produção capitalista como ao tipo de capitalismo selvagem existente no Brasil e à estrutura de classes que ele origina.